

# NÓS, DESCONHECIDOS, NA GRANDE REDE

LUCÍLIA MARIA SOUSA ROMÃO<sup>1</sup>

João Cabral metaforiza a teia do grito dos galos como nascente da manhã que vai: se encorpando em tela, entre todos, / se erguendo tenda, onde entrem todos, / se entretendendo para todos, no toldo / (a manhã) que plana livre de armação. / A manhã, toldo de um tecido tão aéreo / que, tecido, se eleva por si: luz balão. A rede feita por tantos galos - uns mais perto, outros distantes -, com gritos vindos de pontos vários e com diferentes intensidades, compõe a mecânica da manhã e a urdidura de fios que se entrelaçam sem ritmo previsível nem aspecto controlável. Afinal, os cantares irrompem sem simetria. Entre eles, há intervalos, espaços de silêncio, momentos de pausa que também engendram a tenda da manhã: o canto e a falta dele. O grito e o silêncio. O anúncio da luz matinal e a sombra do eco, que se esvai aos poucos. Ambos são constitutivos da tela, da tecelagem, da armação, do toldo de tecido aéreo, que o poeta batiza de manhã. E assim parecem todas as redes, as mais cotidianas – rede de descanso e de pesca - apresentam fios firmes e pontos fortes, que suportem peso. As mais delicadas - bordado, costura, tapete, trança – exigem a delicadeza de dedos, que acariciem os fios e os prendam com doçura para que não arrebentem (e ainda assim arrebentam). As redes de informação – suportes impressos, rádio, tv, internet – também arquitetam nós de vozes em cadeias que se cruzam e espelham informações. Em todos esses casos, a tecelagem pressupõe a existência de fios, que compõe um desenho de malha, tela e tecido com entrelaçado de linhas e de (en)cantares de outros galos / que com muitos outros galos se cruzem / os fios do sol de seus gritos de galo, / para que a manhã, desde uma teia tênue, / vá se tecendo, / entre todos os galos.

Ocorre que, ao mesmo tempo em que os pontos e os nós compõem a geometria do trançado, há espaços de brechas, desvãos e buracos, que criam poros abertos, por onde escorregam vazios, escapam silêncios, escorrem os não-ditos e interditos. Há vãos intervalares entre os cantos de galo; há espaços vazios entre os pontos de um bordado; há frestas de sentido entre as palavras de um texto; há poros abertos no rendilhado-rede do pescador. O desenho e a fissura, a linha e o fio roto, o riscado e a ausência dele, o peixe preso e aquele que escapou. Por isso, além do fio, é constitutiva a falta dele na rede. Com base neste conceito de rede, pretendo observar a textualidade eletrônica e o texto na internet a partir da dialética observação daquilo que se apresenta como uma rica cartografia de pontos de conexão, bem como o que materializa um fluxo intenso de dispersão e processos de deriva do sujeito e dos sentidos.

Os trabalhos de CASTELLS (2002, 2003), CEBRIÁN (1999) e LEVY (1993, 1996, 1999) atestam que os termos sociedade em rede, rede de informação e rede internet compõem a manhã do século XXI. O encurtamento das distâncias geográficas, a reconfiguração do tempo, a imensidão do circuito manifesto pelas tecnologias de transmissão e comunicação de dados e o desenvolvimento da informática desenham a planetarização de redes cada vez mais elásticas, com um diâmetro de influência maior no cotidiano e implicações incalculáveis.

Na urdidura das fibras óticas, o hipertexto reclama e faz sentido a partir de um vasto acervo de textos inteiros e/ou fragmentados, links com imagens, animação, fotografias, música, cujos fios desenham uma rede, na qual cada leitor teria liberdade para traçar o seu próprio roteiro de leitura (e escritura de sentidos), engastalhando-se em ícones tantos. A navegação on-line permite que um trajeto seja interrompido e modificado de direção a qualquer clique, ampliando as chances de o leitor escapar por meio de outras páginas eletrônicas e por entre as frestas da imensidão desta teia de conexões. Do interior de um texto, há possibilidade de deslocamento, errância em diversas direções, pois as janelas do ciberespaço se abrem em uma fundura de navegação polidimensional. Conforme ECO (2003, p. 4):

---

<sup>1</sup> Universidade de São Paulo, Doutora em Psicologia pela Universidade de São Paulo, [tantpalavras@uol.com.br](mailto:tantpalavras@uol.com.br)

O produto da máquina não é mais linear: é uma explosão de fogos de artifícios semióticos. Seu modelo é menos uma linha reta do que uma verdadeira galáxia, onde todos podem captar nexos inesperados entre as estrelas diferentes para formar uma nova imagem celestial em qualquer novo ponto da navegação.

Os deslizamentos de uma página a outra, de um texto a outro abrem uma fronteira larga, na qual o sujeito do discurso se move e transita por uma invernada de sentidos diversos e (des)ordenados e faz da sua vagação discursiva um ir-e-vir de aparições ligeiras sem assentamentos. A liberdade apresenta-se como a moeda de troca no campo da virtualidade multidimensional, já que sempre existe a possibilidade de deslocar-se, mover-se com grande desenvoltura e velocidade. CALDAS (2001, p. 3) afirma que:

O hipertexto (...) é uma forma de virtualidade singular, holograma polidimensional em constante crescimento e convulsão de infindáveis formigueiros; atmosfera virtual; fluxo de múltiplos universos se ligando a outros múltiplos universos além, antes, depois, dentro e a universo algum. A conexão entre esses universos (...) se faz por ‘buracos de coelho’ em fluxos e interpenetrações, como em Alice no País das Maravilhas.

Como nos “buracos do coelho” da narrativa infantil, a fundura do hipertexto é imensurável, posto que os túneis em rede são móveis, desdobráveis e deslocáveis. Infinitos. O percurso do internauta torna-se completamente imprevisível: talvez isto alimente a imagem de bem-aventurança, atribuída à internet, no tocante à possibilidade de deslocamento, vivência e navegação. Os mais entusiastas bradam um ideário de liberdade, que apregoa que todos têm iguais chances de exposição e trânsito na rede; que trata-se de um lugar da ausência total de fronteiras; que há chance de experimentar outras realidades e assumir outras identidades e que, por fim, o plano da virtualidade arrebanharia todos sob o mesmo céu. LEVY (2000, p.119-120), por exemplo, afirma que:

Por meio dos computadores e das redes, as pessoas mais diversas podem entrar em contato, dar as mãos ao redor do mundo. Em vez de se construir com base na identidade do sentido, o novo universal se realiza por imersão. Estamos todos no mesmo banho, no mesmo dilúvio de comunicação (...) Esse universal dá acesso a um gozo do mundial, à inteligência coletiva enquanto ato da espécie. Faz com que participemos mais intensamente da humanidade viva, mas sem que isso seja contraditório (...)

A coloração extremamente otimista do autor propõe que todos estão expostos à rede e aos seus efeitos da mesma maneira, afetados por ela da mesma forma. Generaliza a nova lei da pós-modernidade: todos são iguais no espaço virtual. Assim, as diferenças (todas elas) seriam peças em desuso, meros detalhes que se apagariam em um piscar de olhos quando a tela é ligada, pois, em tese, o acesso aos mesmos sites estaria disponível a qualquer um, bem como a possibilidade de deslocamento. Vale a ressalva de que a exclusão digital (e só ela já seria tema para outro artigo) faz-se mais do que presente nos países pobres, em que o acesso à energia elétrica ainda não é socializado e milhões de moradores não contam com mínimas condições de sobrevivência. Enfiados em cavernas de privações, os pobres da periferia não têm nada a dizer sobre computador e internet. Dessa forma, acho leviano afirmar que todos os cidadãos do mundo estão submetidos igualmente ao mesmo banho de tecnologia; que eles têm as mesmas chances de instalação na rede e tomam a mesma ducha de virtualidade. Sobre isso, CHESNEAUX (1995, p.118) pondera que:

Um ‘quarto mundo da informática’ se desenha, e seus membros são excluídos dos serviços e das facilidades da ‘sociedade digital’(...) Nem todos podem pagar o acesso ao banco de dados, por mais atraentes que sejam, ao passo que a informação tradicional era gratuita nas bibliotecas e nos centros de documentação públicos. Para os incluídos no leito da tecnologia, vale dizer que a internet abre espaço para se pensar a emergência de novas posições-sujeito, de discursos e contra-discursos, de sentidos de dominação e resistência, que se enrodilham em espirais movimentadas. No plano da comunicação, as janelas abertas pavimentam horizontes novos e o hipertexto se inclui nesse movimento: funciona como o nó, que guarda em si um rede inteira, ligando um texto a tantos outros textos como os cantos de galo que fazem conexão no ar da manhã. Assim, o ciberespaço instaura várias questões (nunca dantes navegadas) para os estudos da linguagem, a saber, a nova forma e estrutura da textualidade eletrônica com a multilinearidade (infinita) das direções de leitura. A esse respeito, CHARTIER (2002, p. 25) afirma que:

O texto eletrônico, tal qual o conhecemos, é um texto móvel, maleável, aberto. O leitor pode intervir em seu próprio conteúdo e não somente nos espaços deixados em branco pela composição tipográfica. Pode

deslocar, recortar, estender, recompor as unidades textuais das quais se apodera. Nesse processo desaparece a atribuição dos textos ao nome de seu autor, já que estão constantemente modificados por uma escritura coletiva, múltipla, polifônica.

Móveis e combináveis como peças de um lego virtual, os textos eletrônicos convivem e significam ao lado de recursos visuais, mantendo uma relação de dependência recíproca com eles. Ícones, fotografias, desenhos, filmes e animação constroem e funcionam como algo mais do que elementos coloridos e ilustrativos da página eletrônica. Toda a materialidade da rede é simbiose caleidoscópica de recursos verbais e não-verbais: o caminho de leitura do internauta pode deslizar de texto para imagem, de imagem para imagem, de texto para texto etc. Essa composição, como os trabalhos caoticamente polidimensionais do artista Escher, embrenha-se em circuitos nervosos e rapidamente conectados em uma perspectiva de fundo infinito. Os sentidos aqui são compreendidos como relação, interface e pulsação desses ícones e textos tal qual MORELLO (2003, p. 127) define: Explodir a relação pré-vista, certa e determinada permite desabilitar o olhar de olhar sempre o mesmo.

Trazendo tais questões para a Análise do Discurso de tradição francesa, iniciada com os estudos de PÊCHEUX (1969, 1975 e 1983), lanço algumas perguntas e inquietações, sem ter a pretensão de esgotá-las aqui: de que modo o sujeito do discurso se constitui e instala-se no labirinto da virtualidade? Como os sentidos o aprisionam nessa infomaré, como canta o poeta? Quanto do sentido vaza quando ele é lincado? Por quais desvãos da rede ele escorrega? Desliza o sujeito pelos nós dos links, subvertendo certas regiões semanticamente estabilizadas? Como memória e acontecimento discursivos irrompem em ambiente tão vário, fluido e diluído? Serão as condições de produção dos dizeres apagadas na rede? Munida de tantas perguntas, iniciei uma série de buscas on-line para selecionar sites sobre o tema: as ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na atualidade. Deparei-me com o site Eu odeio o MST, encontrado com o programa de busca Google no endereço [www.geocities.com/pipeline/8429/MST.htm](http://www.geocities.com/pipeline/8429/MST.htm). Consta dele um texto de abertura intitulado Porque eu odeio o MST, anônimo obviamente, que me motivou a interpretar a estrutura e o acontecimento da/na textualidade eletrônica. Afora ele, há uma galeria com 04475 mails opinativos (datados em 19/01/2004), deixados por internautas no link Veja a opinião das pessoas que visitaram esta página!, material que observei, mas que não será analisado neste artigo.

# *PORQUE EU ODEIO O*

## *MST*



## Em Tocantins, o drama de uma família expulsa de suas terras

O título da página está disposto em um fundo preto com a seqüência *Porque eu odeio o vazada* em branco e a sigla *MST*, destacada em vermelho, acompanhado da fotografia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. No primeiro plano, se vê uma série de integrantes do MST com punhos e facões erguidos e, ao fundo, a bandeira hasteada, gestos simbólicos importantes para o movimento, já que a presença da bandeira e dos instrumentos de trabalho constitui peças recorrentes nas ocupações, marchas e ocupações dos sem-terra. A disposição de tais elementos, o uso das cores (o vermelho da sigla cria o efeito do perigo socialista, de alarme e ameaça ao contrário do nome do site em branco, que remete à leveza, paz, equilíbrio e ponderação), a formatação e os sentidos desta iconografia não são tema de análise neste artigo, mesmo assim merecem atenção do internauta, pois constroem e significam a compreensão do lugar social de onde o MST é visto e narrado.

Logo abaixo, aparece o título do texto: *Em Tocantins, o drama de uma família expulsa de suas terras*, que, à primeira vista, parece materializar discursivamente um gesto de indignação diante do fato de uma família (supõe-se pai, mãe e filhos) ser vítima da expulsão de suas terras. Tal formulação materializa o campo semântico, em que é enraizada a denúncia, o grito contra a injustiça da expulsão. A manchete, mesmo enxuta, sem alongar dados sobre o fato narrado, cria o efeito de protesto diante da violência da expulsão de camponeses de suas terras, prática esta ainda corrente no país, diga-se de passagem. O que seria um “drama”, envolvendo aí a narrativa de dores e tragédias, direciona o sentido para uma região, que seria protesto e, na seqüência, reivindicação de direitos, simpatia pelo tema justiça social e, conseqüentemente, condenação dos culpados, no caso, aqueles que expulsaram a família camponesa.

Mas, nos mares (ou latifúndios) do www, o texto parece trafegar em/com uma estrutura ordenada pelo princípio da fragmentação, de modo que, a formulação acima é uma citação de uma matéria do jornal *O Correio do Tocantins*, sem a utilização de aspas, sem anotação da presença do discurso do outro, sem referência ao fato apresentado pelo jornal. Apenas no terceiro parágrafo, é percebida a presença do discurso alheio, quando o sujeito constitui-se na/pela colagem de sua voz a do outro (jornal), não com o intuito de concordar ou buscar filiação. Esse fragmento isolado cria discursivamente o efeito de desmerecer os sentidos mobilizados pelo jornal *Correio do Tocantins* e indicia os sentidos do discurso do outro para mostrar a enormidade dos absurdos que contorna a posição dele: trata-se de uma afirmativa, que funciona ao modo de uma ironia e desacredita a seqüência discursiva manifesta pelo órgão de imprensa além de desmerecer aqueles que a ele se alinham.

Ao invés de anunciar um movimento de contra-argumentação, baseado na refutação da tese e manchete do jornal e na apresentação de provas convincentes, o sujeito desse discurso constrói o ensaio do gosto pessoal e a ode às preferências particulares. A formulação *Porque eu odeio o MST* destaca a fanfarra do binômio gosto/detestos: não se trata aqui de discutir teórica e praticamente a viabilidade ou não da reforma agrária, a legitimidade ou não do MST. Trata-se, sim, de uma questão de gosto pessoal, de afinidade ou preferência individual, circulante fora da moldura sócio-histórica, datada por contradições de poderes desiguais, em que a posse da terra é concentrada e a sua distribuição adiada historicamente no país. O sujeito se inscreve na posição daquele que explica sua predileção da seguinte forma:

Ninguém, em sã consciência, é a favor de massacres, mas isto não o torna favorável à baderna, à agitação, à desobediência civil, à agressão à autoridades, ao desrespeito à Lei.

Nenhuma pessoa de bom senso deixaria de concordar que fosse dado a trabalhadores rurais sem-terra, que o desejassem, a posse de um pedaço de terra cultivável de onde pudessem tirar sustento para si e suas famílias. Mas isto não a tornaria favorável ao **achincalhe do direito de propriedade, a invasões, depredações, roubos, agressões e... massacres.**

Os dois primeiros parágrafos acima apresentam uma quebra nos efeitos de predileção pessoal apresentados anteriormente. O sujeito desloca-se do campo da preferência pessoal para estruturar, discursivamente, genéricos dados por força de lei. O uso da máxima, que arrebanha qualquer pessoa e submete todos à mesma verdade, mostra o modo e o lugar em que o sujeito é interpelado pela ideologia: apoiando-se no mecanismo jurídico para ganhar legitimidade. Postulando irrefutável norma, ele enuncia uma variação da forma convencional *Todos são iguais perante a lei* - forma esta que cria a ilusão da objetividade e da igualdade - , ao dizer que: *Ninguém, em sã consciência, é a favor de massacres (...)* ou *Nenhuma pessoa de bom senso deixaria de concordar que fosse dado a trabalhadores rurais sem-terra, que o desejarem, a posse de um pedaço de terra cultivável de onde pudessem tirar sustento para si e suas famílias.* Observa-se aqui o desaparecimento do *eu* (*Porque eu odeio o MST*) como indicador de um caso particular, de gosto restrito ou universo individual, cuja validade está circunscrita a uma única pessoa. O mecanismo retórico modifica-se e a unidade textual se esfacela na sombra da fragmentação. As duas partículas indefinidas e negativas (*ninguém* e *nenhuma*) indicam que não há alguém e não há uma e criam a ilusão que generaliza o fato de que todos comungam a mesma verdade. Há um suposto consenso geral e uma máxima óbvia: todos, sem exceção, apóiam a paz no campo e a reforma agrária no país. Os sentidos se encaminham para uma região, naturalizada pela ideologia, dita como se fosse natural e transparente, que instalaria a civilidade, o Estado de Direito e a democracia como valores capazes de tornar com iguais poderes todos os mortais. Assim, a reforma agrária é apresentada como um consenso que, em tese, seria merecedor de crédito e apoiado pela maioria, exceto pelas pessoas que não possuem *sã consciência* e nem *bom senso*, aquelas que agem como bandidos, achicalhando o Estado brasileiro.

As formulações: *nenhuma pessoa é, todas as pessoas são, não há pessoa* apresentam funcionamento próximo; virtualizam os mesmos direitos e deveres como se eles fossem igualmente distribuídos; apregoam o Estado moderno como sinônimo de liberdade; generalizam a ilusão da ordem capaz de apaziguar as diferenças sociais e, por fim, promovem o apagamento da desigualdade entre classe.

Aqui as estrias da ideologia naturalizam que os loucos e os imprudentes não se colocam ao lado da norma, da lei nem da verdade. Acho importante destacar que a atribuição de loucura também foi destinada a tantos outros líderes populares ao longo da historiografia do país. Antônio Conselheiro, por exemplo, assim foi designado, quando da mobilização dos sertanejos e fundação do arraial de Canudos no início do período republicano. Várias autoridades eclesiásticas e políticas da época (início do século XIX) indicaram o hospício como solução para o “desvairado homem”, que mobilizava os pobres e que os acolhia com um lote de terra no povo do Belo Monte. Trata-se de um componente da memória discursiva, que faz retornar o mesmo sob a pele do novo ou diferente. Louco, insano, imprudente parecem denominações que se repetem, intercalando acusação, boato, insulto e desmerecimento aos atos daqueles que lutaram e ainda lutam contra a ordem estabelecida pelo grande capital e pelo latifúndio. Ao sinalizar o adesivo da insanidade e da doença, o sujeito desqualifica a bandeira política do líder e/ou movimento popular e minimiza a urgência da reivindicação histórica da reforma agrária no país.

Nessa formação discursiva, qualquer prática que não se enquadre dentro da lei é condenada e rechaçada como algo que está fora do circuito consensualmente aceito e vivido pelo *Estado brasileiro*. O MST seria, em primeira instância, ilegal. Há, portanto, uma demarcação imaginária, separando os cidadãos normais (legais) daqueles que são tidos como loucos (fora-da-lei). O sujeito desse discurso fica abrigado na trincheira, que valoriza a generalização e a impessoalidade da lei; que ossifica regras e normas; e que tem, como escudo protetor, a condenação sumária daqueles que são *favoráveis à baderna, à agitação, à desobediência civil, à agressão à autoridades, ao desrespeito à Lei* ou *favorável ao achincalhe do direito de propriedade, a invasões, depredações, roubos, agressões e... massacres*. Os efeitos passam pela desqualificação moral, desmerecimento político e criminalização daqueles que lutam contra a ordem estabelecida pela desigual distribuição de terras no país, principalmente quando entra na cena enunciativa a bandeira do MST. Assim, promove-se a constituição de sentidos dominantes (tidos como única forma de falar do assunto) e engrenagens retóricas naturalizadas, que deslocam a questão agrária da área social para a esfera criminal, como se divisão de terra fosse tema de bandidagem a ser tratado em delegacia e, como caso de polícia, fosse merecedor de boletim de ocorrência e cadeia. Nesse movimento, há o estiramento dos lugares de criminoso, bandido, ladrão, agitador, malfeitor sempre relacionando o sem-terra àquele que atua em bandos e quadrilhas. Também posta-se, como sentido naturalizado, o fato de que os sem-terra são tratados como aqueles que “cometem” atos sanguinários e promovem a violência, ameaçando as leis e a civilização democráticas, pois eles usurpam convenções, códigos e estatutos, violentam os direitos assegurados pela Constituição e ameaçam a paz democrática. Ilegalmente, são eles capazes de toda sorte de crimes, vistos como *agentes provocadores* do caos, afetados pela loucura e insensatez. Coexistem nessa retórica, dois movimentos de apagamento da luta política dos sem-terra: em primeiro lugar, porque há uma desqualificação moral dos

camponeses, que agem supostamente como fora-da-lei, criminosos e bandidos. Em segundo lugar, a mobilização política também fica adormecida, porque os integrantes do movimento são loucos, ou seja, não pertencem ao grupo de homens normais e equilibrados, que compõem a sociedade sadia, civilizada e democrática. Antes disso, são narrados como doentes incuráveis, o que desautoriza a fala e a ação de todos eles.

Junto a essa moldura de condenação, há um silenciamento de todas as violências de que os camponeses são vítimas. Das violências que eles sofrem, nada se registra. Não é narrada a aspereza das condições desumanas de sobrevivência, do trabalho escravo ou infantil na lavoura, da fome, da falta de moradia, do desemprego, tampouco são descritos os assassinatos, execuções e mortes de militantes do movimento. A indignação é mero detalhe virtual. No discurso dominante materializado nesse site, não se fala das causas que levaram os excluídos a se organizarem. Em lugar do rol de descabros de ordem social (todos devidamente soterrados), o sujeito desse discurso conta as ações dos excluídos, como se elas fossem a origem (e não o resultado) da baderna, descaso, exclusão e estupidez. Desta forma, é apagado o lugar do sem-terra, como paciente da violência, e colorido o seu papel como causador da mesma.

O Correio do Tocantins publicou artigo que faz referência a um massacre de sem-terras, além de condenar algumas pessoas e entidades pelo modo que enfocaram o assunto. Faz a apologia de um certo tipo de esquerda (haverá outros?), classificando-a de "verdadeira" e a uma certa espécie de intelectuais, chamando-os "sérios", atribuindo-lhes desejos e ações, visando reverter a atual (e caótica!) situação do país.

Isto sempre acontece quando se procura dar à opinião pública uma visão distorcida de fatos ou, pior ainda, dos seus agentes provocadores. No caso em tela, como em tantos outros, o "Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra" (MST) é mostrado como uma coisa que realmente não é: paladino da luta contra a injustiça social. Necessário se faz, portanto, retirar-lhe o envoltório de um quixotesco (e falso!) romantismo, pondo a descoberto suas reais fisionomia e intenções. E

## perdoem-me se me alongar um pouco: temas vitais para a sobrevivência do Estado brasileiro não podem ser resumidos em dois ou três parágrafos!

O sujeito desse discurso passeia os olhos pela paisagem que a ideologia lhe permite enxergar e, no balanço dos significantes, materializa não só a ilegalidade e criminalização do MST, mas também a evocação da *sobrevivência do Estado brasileiro*, em uma clara alusão à necessidade de uma nação forte, diga-se de passagem, sem *a apologia de um certo tipo de esquerda (...)* e *a uma certa espécie de intelectuais (...)*. Melhor dizendo, a nação vigorosa (e por que não dizer, lúcida, sã e sensata?) precisa de homens de direita e carece extirpar os intelectuais. Filósofos, sociólogos, lingüistas, cientistas, pesquisadores, poetas e escritores, assim como toda sorte de homens dedicados à palavra e ao pensamento, produzem apenas a apologia da justiça social, o apanágio da teoria e o cancionero das inutilidades. Tal movimento de intolerância com os sentidos reivindicatórios (no caso, reforma agrária) e seus atores (MST) aparece logo mais em uma reincidência, que me parece indiciária.

Ao buscar uma didatização, com cautela pedagógica, dos motivos pelos quais odeia o MST, o sujeito mobiliza, ora uma entonação impessoal e asséptica, aproximando-se do texto jurídico/científico, como se estivesse lidando com verdades de exatidão já comprovadas, verossímeis para todos os mortais; ora ele é adotado por uma exaltação exagerada e raivosa, chegando perto do tom panfletário e preconceituoso. Passo a passo, ele dita argumentos, ao modo de uma receita de culinária, com explicações que constroem a hierarquia de apontamentos, indicada pelos numerais: *primeiro, segundo, terceiro, quarto*, muito embora, anteriormente, tenha sinalizado que: *temas vitais para a sobrevivência do Estado brasileiro não podem ser resumidos em dois ou três parágrafos!* Essa contradição funciona como mais uma pista da dispersão do sujeito na tentativa de conter os sentidos, conceito entendido aqui como TFOUNI (2001, p. 82/83) propõe: *(...) existe, no processo de produção de um texto, um movimento de deriva e dispersão de sentidos inevitável, que o autor precisa controlar, a fim de dar a seu discurso uma unidade aparente, com começo, meio e fechamento (...)*

Ao longo do texto em análise, há vários movimentos de deriva e dispersão, em que o sujeito não consegue tal efeito de unidade. Neles há pipocar de meteoritos do sentido que vaza pelos buracos da rede sem, contudo, desenhar a ilusão da completude. No caso da internet, especialmente, a porosidade desses buracos e desvãos parece generosa. O sujeito movimenta-se dentro de um labirinto com uma imensidão de possibilidades, caminhos e encruzilhadas, pois está exposto à explosão de links, sites, ícones etc. Há uma profusão de acesos, atalhos, janelas, portas e corredores na rede, o que provoca tentativas frustradas de controle, centramento, fechamento, contenção, vazadas pela rupturas e fragmentação e salpicadas de desvios. Observo

o jogo basculante entre o uso da primeira pessoa do singular *eu* e o pronome indefinido *ninguém*: esse funcionamento, que poderia ser visto como falta de coerência e coesão textuais, me parece indiciário de que a textualidade eletrônica gesta (-se em) efeitos de descontinuidade. O sujeito do discurso não consegue ancorar-se em um lugar como garantia de permanência e fixação ao longo de texto: ora faz sentido apresentando-se na esfera do privado e do particular, ora anula esse lugar e coloca-se sob a guarda de genéricos, máximas, leis e sentenças. Como marinheiro perdido, sem bússola, âncora ou rota definida, ele navega ao sabor dos ventos de sentidos e vaga pelos parágrafos, assumindo formas diversas, fluidificando-se em fragmentos. Vale destacar que a compartimentalização do texto em blocos, separados por espaços em branco, como se entre eles faltasse algo a dizer e como se escapassem sentidos materializa graficamente tal deriva. Sobre isso, MORELLO (op. cit., p. 127) afirma:

*É nessa trajetória que, acredito, é possível expor o leitor a um estado de linguagem fluido, submetendo-o ao domínio das relações imprevistas, ou seja, materializando o movimento do sentido que abre, desestabiliza, propõe novos trajetos, e que, conseqüentemente, não metaliza a língua, nem fecha o texto. Uma tecnologia que, desse modo, deve suportar o sujeito.*

O primeiro momento do texto, que se pretende de argumentação, é registro de estranhezas:

**Primeiro** - é muito esquisito ser **a cúpula dirigente do MST composta não por trabalhadores rurais sem-terra**, mas por profissionais de formação universitária em áreas que pouco ou nada têm a ver com a terra: filósofos, sociólogos, pedagogos... (serão os "sérios" citados no Correio do Tocantins), mas ainda assim, talvez por isso mesmo, senhores de vida e morte dos sem-terra. Suas ligações com a terra provavelmente decorrem de suas origens rurais (?) e/ou das missões a eles conferidas pelos reais e desconhecidos chefes e ideólogos do movimento, por isso mesmo perdendo a condição que já se lhes queria outorgar de "generais do MST", pois não passam de simples lugares-tenentes dos verdadeiros chefes.

Ao falar em *cúpula dirigente do MST*, o sujeito transita pelos sentidos que conceituam o movimento como uma organização restrita a dirigentes, cujo poder hierarquizado é destituído de militância e base significativas. Há um movimento metonímico de tomar a cúpula pela base, a direção pela massa da organização, em outras palavras, a parte pelo todo. O efeito disso é diminuir o prestígio do movimento,

minando a sua representação popular e sabotando o seu crescimento no país, de modo que pareça ser o MST uma organização composta apenas por um alto comando, desligado do campo e dos camponeses. Observo que o sujeito materializa aqui a tentativa de definir um perfil descritivo para a *cúpula dos integrantes do MST*, que impõe duas condições obrigatórias: a profissão (obrigatoriamente a atividade agrícola) e o local da moradia (obrigatoriamente a área rural). Os líderes do movimento só se justificam, merecem crédito e têm razão, se estiverem restritos à área rural e, de preferência, com a enxada na mão.

A primeira pergunta que faço é: para que sujeito isso é estranho? Em que formação discursiva se materializa esse imaginário da esquisitice? Quem é colocado como diferente, estrangeiro, alheio? Qual organização merece a atribuição de familiar, própria e próxima? Ao se situar no espaço amparado pela legalidade jurídica e ao definir a necessidade da *sobrevivência do Estado*, o sujeito orquestra uma pauta imaginária, que assenta as lideranças do MST no campo do anormal, fora do comum e extravagante. As seqüências: *É muito esquisito ser a cúpula dirigente do MST composta não por trabalhadores rurais sem-terra (...)* e *Também é muito estranho o fato de os membros dessa cúpula residirem não em acampamentos precários, sob barracas de encerado, mas em casas situadas em importantes centros urbanos(...)* criam também os efeitos de não pertencimento: os líderes são professados como seres externos e exteriores à causa camponesa e ao trabalho rural. Desse modo, só podem ser enquadrados na seguinte sentença: homens destituídos de identidade e/ou vínculo com a terra; logo a esquisitice e a estranheza estão justificadas. Assim, os efeitos de misterioso, enigmático, exótico constituem sombras silenciadas daquilo que o sujeito deixou de dizer, quando disse. Nada mais extravagante do que alguém de outra parte, que não o campo, fingir semelhanças com aquele que vive na/da terra. O funcionamento discursivo aqui aponta um movimento de estrangeirar as lideranças do MST para desmoralizá-las; fecha-se mais um ponto do bordado condenatório: ilegal, ilegítimo, violento e, como se não bastasse, composto por pessoas loucas e distantes do problema.

A condição para se relacionar com o tema terra só é dada pela atividade braçal e mecânica da lavoura e pela residência situada na área rural, de modo que a reivindicação da reforma agrária só cabe ao homem que passar horas diárias de trabalho na roça. Mais do que isso, existe a obrigatoriedade de morar no campo. Fora disso, a estranheza e a esquisitice se avolumam. O único passaporte de pertencimento ao MST seria estar condenado (e não livre), do berço à sepultura, à lida diária com a terra. Surge aqui o determinismo fatalista de estar preso (e, repito, não liberto) ao exercício da agricultura e ao trabalho na lavoura, pois não cabe ao integrante do movimento o estudo: *áreas que pouco ou nada têm a ver com a terra, suas ligações com a terra, fazem cursos não de assuntos ligados ao trato da terra, estudam não problemas relativos ao cultivo e à plantação*. Na materialidade lingüística, é interdita ao sem-terra a discussão política. Também é negada a permissão de deslocar-se a qualquer outra condição (seja ela estudante, universitário, cidadão), que não aquela a que foi historicamente submetido.

A referência ao trabalho agrícola, que aparece em diferentes momentos do texto, retorna travestida de outro significante, quando o sujeito afirma: *embora eu não consiga ver a influência dessa leitura na produtividade da agropecuária*. Esse retorno, como falha e/ou troca, faz o sentido deslizar do campo semântico da terra, enxada, sementeira e colheita para outro, a saber, criação de boi, rebanho, pasto. O sujeito desenha certa estratificação, que coloca o camponês na tarefa de movimentar apenas os músculos dos pés, mãos, braços e pernas, pois ele há de ser um indivíduo fortudo, cuja capacidade crítica conserva-se adormecida e cujo despertar emancipatório há de ser sempre abortado. O sujeito ocupa a posição de dono da terra e dono de gado. Tal lampejo do funcionamento ideológico da classe social dominante interdita qualquer mudança que o afete em seu poder e privilégios. Discursivamente, a ordem excludente de interditar o estudo e a formação dos sem-terra produz o efeito de barrar a formação de líderes mais politizados; de impedir que quadros do movimento exercitem uma prática refletida; de vetar que a organização esteja aberta à colaboração de estudiosos. Por fim, a formação ideológica, que interpela o sujeito, indica que intelectuais não devem fazer parte da cúpula do movimento e que cidadãos, pensadores, poetas, universitários não têm direito de colaborar com a luta pela reforma agrária. Parênteses: é bom lembrar que todos estes sentidos entram em rota de colisão com o pressuposto teórico e a prática constante do MST, desde a sua fundação: a valorização da escola e da formação continuada de seus integrantes. Não sem motivo, o trabalho de educação vivido nos acampamentos e assentamentos de todo país é uma realidade que absorve cerca de 160 mil alunos e quase 4000 educadores em 23 estados da Federação, dando vida a 1800 escolas de Ensino Fundamental.

Além de desmerecer o camponês com livro na mão, o sujeito se inscreve no lugar concebe a área rural como um conjunto de dados físicos, naturais, marcados pela condição de imobilidade, onde não cabem a discussão sobre o trabalho humano, a geração e a distribuição da riqueza nem a ordem social e política; fatores estes que sabidamente pontilham o campo teórico e científico da Geografia. Ou seja, esse funcionamento discursivo, que entende o rural engessado nos/pelos traços físicos, petrificado sem movimento e tensão parece caricatura mal feita: como compreender o jogo derivado do confronto entre aqueles que têm a terra e os que são expulsos dela sem pedir ajuda à Sociologia, à História, à Geopolítica, à Lingüística etc? Como estudar a questão da terra, que abriga em sua essência as noções de deslocamento, movimentação e confronto, sem adentrar a discussão em torno destes campos? O sujeito é afetado pela ideologia, que nega o conhecimento enquanto possibilidade para todos e, com isso, sacrifica o imperativo de crescimento que municia os homens estudiosos ou não-alfabetizados da cidade ou do campo. Ele impede a incubação de um movimento social, que faça ponte entre trabalhadores do Brasil e do exterior, entre intelectuais e militantes, aniquilando a perspectiva de mobilidade e trânsito dos sem-terra no espaço do saber.

Também, chamou a minha atenção o uso de certos atributos para nomear os *ideólogos do movimento*. O sujeito vai montando um painel, em que aparecem as seguintes designações: *chefes, gerais do MST*,

*lugares-tenentes e verdadeiros chefes*. Os indícios lingüísticos de bandidagem engordam a imagem de um exército pronto a catapultar comandos de guerra e lançar pelos ares as chamas de um combate armado. Discursivamente, os líderes do movimento aparecem como aqueles que lançariam as bases de uma logística estratégica, capaz de deflagrar operações militares de intervenção perigosa no país. Donos poderosos de um centro controlador, eles ordenariam, não só operações e manobras para os seus soldados, mas também seriam capazes de definir a data e as circunstâncias da morte deles. Afinal, são eles os *senhores da vida e da morte dos sem-terra*. Esse poder divino, atribuído às lideranças, configura um mecanismo de destitui-las de sua humanidade, apagar a história de suas dores e delícias, tornando-as verdadeiros super-homens, com recursos tão onipotentes quanto perigosos.

Quando situa a liderança do MST como dotada de poderes mágicos e supra-humanos, especialmente no que diz respeito à hipnose das massas, o sujeito veste a base do movimento militância com a roupagem da sonolência obediente e servil cegueira. O único passo conhecido pelos sem-terra é ser guiado pela orientação alheia e ser destituído da capacidade decisória, crítica e reflexiva. Não há possibilidade emancipatória diante de uma estrutura dominadora tão sofisticada, dada pela existência de rei e súditos, general e soldados, beato e seguidores, e, no caso, líder e militantes. Engendra-se outra ciranda de desmerecimento dos sem-terra: privados da lucidez e cegos de liberdade de pensamento e decisão, eles se prestam (e se emprestam) à condição de obedecer a ordens impostas pelos *lugares-tenentes*, sempre movidos pelo torpor do obscurantismo.

Observo que a textualidade eletrônica modifica profundamente a ordem argumentativa e linear, plasmada pelo encadeamento lógico das provas, tal como o texto impresso materializa. A fragmentação dá útero à gestação de uma materialidade lingüística modificada, pois muitos textos dispensam o cuidado decantador da correção e da revisão, o que resulta em frases soltas e desconectas, escritas com a falta e/ou troca de letras, neologismos, vocabulário específico dos internautas, bem como modificação da pontuação etc. A língua vibra de um modo convulsionado. Meteoros de sentido são lançados em diversas direções e o texto lançado em janelas, que se abrem e fecham rapidamente. Discurso pespontado na teia virtual.

O artigo não se fecha aqui. Como na rede, conectei apenas alguns fios da teia eletrônica, abordando a fragmentação dos sentidos, o efeito de descontinuidade e a dispersão do sujeito. Suponho que uma das razões dessa deriva tão presente nos registros virtuais tenha relação como fato de que as condições de produção do dizer são ocultadas, minimizadas e/ou sabotadas. Nada se sabe sobre os fatos ocorridos no Tocantins, nem sobre o conteúdo, data e autores da matéria publicada no Correio do Tocantins. Não se tem dados da conjuntura sócio-histórica em que se desenvolveram as ações do movimento, nem da correlação de forças entre as classes sociais, nem sobre a desigualdade de poder entre os atores sociais. Não existe inscrição da história que possa ser rastreada. Fica o texto no monitor iluminado como peça de um eterno presente, sem

referência a tempo e a espaço, desenraizado de tudo o que possa indiciar o social e o político. Vagueia o sujeito, na rede, buscando a ancoragem que não encontra, posto que é cheia de errância e dejanelas porosas a rede eletrônica como WANDERLEY (2003, 145) define:

*Diferentes janelas estão efetivamente disponíveis e convivem em suas diferentes materialidades, como já dissemos, num jogo orgânico de justaposição, a TV, o computador, o telefone wap, as janelas da casa, as janelas da alma, as janelas que se abrem quando uma porta se fecha etc. Essas janelas contam histórias, como diz Vilhena. Assim, para nós, janelas são contadoras de histórias. A memória da passagem entre. Alcances, cidades, pedaços, justaposições, questões. O possível da relação; em passagem o que há são memórias materiais. Fluxo. Discurso.*

Tantos pontos da/na rede se fecham e se abrem; nós e vãos que significam. Justaposição de janelas. Costura de intervalos e gritos de galo, que vão encorpendo a tela e a tenda do que será dia. Textura de sujeitos e sentidos, que vão tecendo fios e prendendo nós, desconhecidos, na grande rede.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- CALDAS, A.L. *Do texto ao hipertexto- da leitura à hiperleitura*. Primeira Versão, ano I n.22. Porto Velho: 2001.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. Editora Paz e Terra. São Paulo: 2002.
- \_\_\_\_\_ *A galáxia da internet*. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro: 2003
- CEBRIÁN, J.L. *A rede- como nossas vidas serão transformadas pelos novos meios de comunicação*. Summus Editorial. São Paulo: 1999.
- CHARTIER, R. *Os desafios da escrita*. Editora da Unesp. São Paulo: 2002.
- CHESNEAUX, J. *Modernidade-mundo*. Editora Vozes. Rio de Janeiro: 1995.
- ECO, U. *Muito além da internet*. Caderno Mais, Folha de S. Paulo: 2003.
- LEVY, P. *As tecnologias da inteligência- o futuro do pensamento na era da informática*. Editora 34. São Paulo: 1993.
- \_\_\_\_\_ *O que é o virtual?*. Editora 34. São Paulo: 1996.
- \_\_\_\_\_ *Cibercultura*. Editora 34. São Paulo: 2000.
- MORELLO, R. *Definir e linkar: em que sentido?* In: **Para uma enciclopédia da cidade**. Org. Orlandi, E. Pontes/ Labeurb. Campinas: 2003
- PÊCHEUX, M. *Análise automática do discurso*. In: Por uma análise automática do discurso. Org. Gadet, F. & Hak, T. Editora da Unicamp. Campinas: 1969.
- \_\_\_\_\_ *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Editora da Unicamp. Campinas: 1975, 2ª edição

- \_\_\_\_\_ *O discurso, estrutura ou acontecimento*. Editora Pontes: Campinas: 1997.
- TFOUNI, L. V. *A dispersão e a deriva na constituição da autoria e suas implicações para uma teoria do letramento*. In **Investigando a relação oral/escrito** Org Signorini, I. Mercado de Letras. Campinas: 2001
- WANDERLEY, C. *Recursos do discurso eletrônico e a construção do sistema Endici*. In: **Para uma enciclopédia da cidade**. Org Eni Orlandi. Pontes/ Labeurb. Campinas: 2003.

#### **SITES CONSULTADOS:**

[www.geocities.com/pipeline/8429/MST.htm](http://www.geocities.com/pipeline/8429/MST.htm)

<http://www.unir.br/~primeira/artigo22.html>

[www.observatoriodaimprensa.br/artigos](http://www.observatoriodaimprensa.br/artigos)